OS FUNDAMENTOS DA PENA E OS NOVOS CAMINHOS PARA A REINserÇÃO DO APENADO

Paulo Rogério de Souza GARCIA

GARCIA, Paulo Rogério de Souza. **Os fundamentos da pena e os novos caminhos para a reinserção do apenado**. Projeto de investigação científica do Curso de Direito – Centro Universitário Fibrá, Belém, 2016.

O objetivo desta investigação foi repensar os alicerces da punição a fim de lançar luzes sobre o pensamento penal face à crise que assola o sistema penal brasileiro, sobretudo no aspecto assistencial e terapêutico. Buscou-se um novo caminho para a reinserção do condenado, no sentido de retomar o que ficou perdido ao longo da história. Pensar um modelo de punição que transcenda o simples desejo de vingança é um dos maiores desafios da sociedade quando se vive uma época de barbárie. A primeira parte do estudo aborda a genealogia da punição, desde o primitivismo penal até o punitivismo contemporâneo; a segunda cuida dos descaminhos da ressocialização do apenado no Brasil; e a terceira, expõe novos caminhos para a ressocialização do apenado. No sentido de se buscar o sentido moral e

espiritual da punição por meio de práticas terapêuticas. A pesquisa dividiu-se em duas análises: teórica e empírica. O aspecto empírico deu-se com a prática de técnicas terapêuticas por parte do coordenador da pesquisa sob a orientação de um fisioterapeuta, durante um ano. Nessa etapa, praticou-se o *tai chi chuan* e o *lian gong*. O primeiro estilo refere-se a uma arte marcial interna ou terapêutica voltada para a longevidade e bem-estar pessoal, consistindo em movimentos suaves. O segundo trata de dezoito exercícios corporais com foco na respiração. Na transição do período bárbaro para o civilizatório, verifica-se o nascimento do juízo moral, responsável por colocar limites aos instintos primitivos. O ser primitivo consegue estabelecer uma relação de causalidade ao procurar respostas aos eventos naturais e humanos. A medida que vai tomando consciência de seus instintos e sentimentos, o ideal de vingança vai dando lugar ao senso de justiça. Neste instante, a pena só é possível se pensada dentro de um sistema de valores. O tabu deixa de ser a repreensão de um totem para se tornar uma reação social, como descrito em Freud (2013). A punição vai perdendo seu caráter teogônico e vai assumindo uma feição mais

antropológica. A sociedade cria instituições que modulam o comportamento como a família, o estado, as seitas, que atuam por meio de leis e preceitos que sancionam por sua violação. A ideia de punição, para os filósofos gregos, era uma pedagogia da alma como uma forma de regeneração moral. A punição objetiva compensar a dor e o sofrimento causados pelo crime. A noção de meio-termo é o principal fundamento aristotélico na aplicação da pena. O binômio crime/punição é sobretudo uma questão valorativa que envolve uma profusão de sentimentos. Na sociedade romana, a pena se revelou muito mais um instrumento de poder do que um valor humanístico. As penas mais severas eram aplicadas aos plebeus, estrangeiros e escravos. A filosofia estoica, com base no pensamento de Sêneca, legou para a humanidade o processo de transformação humana de forma integral por meio de uma técnica chamada ataraxia, que permite chegar a um estado de “apatia” ou *apatheia*. A dialética estoica vai influenciar a filosofia cristã a ponto de os monges beneditinos desenvolverem todo um sistema de vida monástico (BERNARDES, 2013). A modernidade quebrou esse paradigma ao substituir o valor da

espiritualidade pelos valores materiais. Na perspectiva do panoptismo benthaniano, a prisão se torna a pena por excelência. Expandiu-se o caráter instrumental da pena e dissipou sua essência. O sistema progressivo, criado por MacConochie e aperfeiçoado por Crofton, segue a disciplina e a autodisciplina, que começa na penitenciária (regime fechado), passa à colônia (regime semiaberto) e depois, para o albergue (regime aberto). Na sociedade contemporânea há um duplo reflexo entre prisão e sociedade, na visão de Combessie (2004). O modelo de punição adotado segue a ideia da gestão de risco com base em padrões estatísticos de risco permitido. Constata-se um aperfeiçoamento do panoptismo benthaniano com a evolução da tecnologia. O potencial punitivo se estende a todos, principalmente aos pobres e aos movimentos sociais. Cria-se uma indústria da segurança nos mesmos moldes da indústria cultural teorizada pela escola de Frankfurt. A segurança e a violência são transformadas em mercadoria e vendidas pelas mídias. A sobrecarga de informação interfere na mimese. Não há mais passado nem futuro, só o presente. A contemporaneidade matou o tempo e, sem devir, não há reabilitação penal. Em termos de

política criminal, o Estado investe mais em segurança do que em educação. Há toda uma indústria que almeja privatizar as prisões ou terceirizar seus serviços. Em sociedades onde a democracia é precária, como no Brasil, o sistema penal se assemelha ao império romano, “aos amigos, à lei, aos inimigos, os seus rigores!”. No Brasil, a ressocialização do apenado está longe do ideal positivista de ordem e progresso. Nosso sistema jurídico foi regido pela racionalidade punitiva do *corpus juris* filipino (Ordenações Filipinas) com acentuada previsão para o castigo do corpo e pelo exílio, por crimes de lesa-majestade (pois todos atingiam o corpo do rei), desde o governo de D. João VI até o código imperial. O nascimento da prisão (como punição) se deu com o Código Penal do Império de 1830, durante a Regência, que culminou com a criação da Casa de Correção da Corte no Rio de Janeiro, em 1850, conforme o modelo panóptico. Foi concebido neste molde por força do Decreto n. 678 com o intuito de incidir sobre os hábitos e a moral dos presos por meio do trabalho. Entre o império e a república, o modelo prisional de Bentham foi sendo substituído pelos regimes americanos (da Filadélfia e de Auburn), bem como pelo

regime progressivo de Crofton, segundo Motta (2011). Vão surgir instituições corretivas ou assistenciais, destinadas a menores e mendigos com vigilância, adestramento e normalização do conjunto da população (idem). No período republicano (1890), a legislação penal brasileira nasceu do embate religioso entre protestantes puritanos e católicos, que se dividiam entre a concepção agostiniana de predestinação ao mal e à graça, e à teologia neotomista do arrependimento e penitência, respectivamente (NEDER, 2012). O Código Penal de 1890 acabou adotando um sistema ambíguo de inspiração calvinista e neotomista. As péssimas condições prisionais vão gerar uma crise sem precedentes. Surgem os comandos e as facções no Rio de Janeiro na década de 1970 e em São Paulo na década de 1990 (BARBOSA, 1998). Hoje, a maioria dos brasileiros tem de conviver com uma situação cuja criminalidade é oriunda das prisões. Os novos caminhos para a ressocialização devem se constituir de uma filosofia propiciatória da vida capaz de desenvolver no apenado o melhor sentido de liberdade. Na lei de execução penal, o foco na recuperação do apenado é direto no trabalho e no estudo. O Estado se omite em

prestar a devida assistência, a sociedade se afasta dos encarcerados, sendo a religião o seu único refúgio. As terapias são aspectos eficazes e promissores que podem ser exploradas. São menos complicadas do ponto de vista político. A justiça terapêutica sustenta-se em valores humanistas como a vida e a saúde. Há ainda o movimento de justiça restaurativa. No contexto da ordem jurídica brasileira, a Constituição de 1988 consagra, no artigo 5º, inciso XLVI, que todos os condenados têm direito à progressão de regime. Na fixação da pena, o juiz deve atender oito circunstâncias inerentes ao autor, ao crime e à vítima, no sentido de *reprimir* e *prevenir* o delito. A prevenção constitui o caráter prospectivo da punição com foco no seu retorno à sociedade. No contexto da Lei de Execução Penal (1984), diversas normas estabelecem a possibilidade de aplicação de terapias e psicoterapias. Condições para harmônica integração social do condenado são possíveis por meio da assistência do Estado. Esse deve recorrer à cooperação da comunidade nas atividades de execução da pena, de acordo com o artigo 4º. A progressão de um regime a outro depende de lapso temporal e de bom comportamento, comprovado pelo

diretor da prisão (art. 112, LEP). Nos casos de crimes hediondos, a súmula 26 do STF exige exame criminológico. No século XXI, o novo paradigma da ciência penal será marcado pela gestão de conflitos e por práticas terapêuticas. Nessa perspectiva, adotamos a visão integral de reabilitação com foco em cinco tipos de terapias: meditação, respiração, vibração, movimento e nutrição. Com relação à meditação, a investigação pautou-se em leituras, vídeos, documentários e na própria prática da meditação. Constatou-se que essa prática promove maior concentração, raciocínio, equilíbrio emocional e foco. Dentre seus vários benefícios descritos por Alexandre de Santi (2015), destaca-se a neuroplasticidade, que é “a capacidade do sistema nervoso central de fazer mudanças estruturais e funcionais ao longo da vida de uma pessoa (*op. cit.*, p. 113). Outra teoria é a da “inteligência espiritual” ou QS, segundo a qual, nem o quociente da inteligência humana QI nem o QE são suficientes para explicar a enorme complexidade da mente humana, pois os seres humanos, sendo criaturas espirituais, dão sentido e valor no que experimentam. A respiração, segundo tipo de terapia, é um fator de equilíbrio emocional e físico. No

contexto da meditação, a respiração consciente provoca melhor distribuição de energia, retenção e formação da memória, neuroplasticidade, relaxamento do corpo, redução do metabolismo, etc. (SANTI, *op. cit.*, p. 113). A terceira terapia é a vibração. Trata-se de um fenômeno natural manifesto em movimentos ondulatórios em sua realidade quântica. Em diversas culturas, acredita-se na capacidade humana de captar e de gerar energia vibratória. O movimento, o quarto tipo de terapia, são exercícios corporais, podendo ser praticados em forma de fisioterapia, artes marciais, hidroterapias, danças, artes cênicas, massoterapia, etc. Podem estimular a disciplina e o caráter se bem instruídas e inseridas em estilos mais arraigado como o *tai chi chuan*, o *nei kung*, o *chi kung* e a *yoga*. A quinta terapia é a nutrição. Essa terapia consiste em uma das formas de absorção de energia por meio dos alimentos. É necessário saber extrair a força dos alimentos desde o seu cultivo até a mesa. Quanto a essa terapia, o tivemos de mudar nosso modo de vida, seguindo as orientações teóricas, mas seguimos orientações médicas também. Concluímos que o melhor sentido que a humanidade pode dar à punição é a pedagógica sob pena de ela se tornar um

instrumento de pura opressão. O registro histórico demonstra que uma sociedade pode transformar o direito penal extremamente seletivo punindo mais severamente os fracos, como no império romano, ou tornar a pena um instrumento de controle social como ocorre nos dias atuais. Percebe-se que o mundo se tornou exageradamente materialista, utilitarista, produtivista, atomizando e fragmentando as pessoas e isso repercutiu muito mal na ciência penal. A complexidade da mente humana revela que somos racionais, emocionais e espirituais. Assim é imprescindível conceber a punição como experiência humana que visa a colocar o indivíduo em equilíbrio consigo e com a sociedade, harmonizando raciocínio, emoção e valor. O apenado jamais vai se recuperar, sem orientação, acompanhamento, prática e apoio social. O melhor é conceber a punição por uma filosofia propiciatória da vida capaz de desenvolver no apenado o melhor sentido de liberdade. Todos nós temos de reaprender a ser livres, se é que um dia o fomos. Queremos dizer, libertar-se do ego, do egoísmo, da ganância, da arrogância. O melhor caminho para a punição é procurar na legislação as possibilidades de

reabilitação terapêutica. Mas outras possibilidades merecem ser investigadas. A legislação é ainda mais aberta em temas específicos como a questão de gênero e a dependência de drogas.

PALAVRAS-CHAVE: Punição. Genealogia. Crise. Terapias. Reabilitação.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Antônio Rafael. **Um abraço para todos os amigos:** algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro, EDUFF, 1998.

BERNARDES, Rogéria Guimarães Alves. **Canto gregoriano e silêncio:** dialogando com o universo sonoro de um mosteiro beneditino. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Psicologia, 2013. 151 f.

BRASIL. Lei Federal n. 7.210 de 1984 (Lei de Execução Penal).

COMBESSIE, Philippe. **Sociologie de la prison.** Paris: Éditions la Decouverte, 2004.

MOTTA, Manoel Barros da. **Crítica da razão punitiva:** Nascimento da prisão no Brasil. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

NEDER, Gizlene. **Discurso jurídico e ordem burguesa no Brasil, criminalidade, justiça e constituição do mercado de trabalho (1890-1927)**. Rio de Janeiro: EDUFF, 2012.

SANTI, Alexandre de. **Cura espiritual: uma explicação**. São Paulo: abril, 2015.